

A ORIGEM DE UM DILEMA: HERMANN PAUL E A INTERIORIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO (1)

Maria Francisca de A.F.LIER de VITTO (PUC-São Paulo)

"The importance of the history of science is that it helps to place the present day in perspective"(ROBINS:1967:7)

ABSTRACT: The controversy regarding the emergence of so-called scientific linguistics would in itself be enough to arouse curiosity for the studies of the 19th century. One should remark that it was in the turn of the century that the evolutionary model born in natural sciences started being refuted. What were the consequences of this withdrawal? In 1880, Hermann Paul, for example, defined language as having a psychic/internal nature - not a social/external one. The conception of linguistic change is, thus, sharply redimensioned. The author claims that psychism is the force which regulates linguistic performance. Paul is seen as someone who widens the gap between internal and external domains. The internal/external dicotomy is translated into an irreconcilable opposition between structure and history. It is in this sense that Weinreich, Labov and Herzog (1968) consider Paul the precursor of the dilemma that permittes the reflection on language in linguistics in the 20th century.

Se concordarmos com a versão de que se deve entender por um estudo científico da linguagem "its investigation by means of controlled and empirically verifiable observations and with reference to some general theory of language - structure (Lyons, 1968)" (grifo meu), diríamos que a lingüística nasce no início do século XX com Ferdinand de Saussure e sua abordagem sincrônica da linguagem.

Quanto aos trabalhos realizados pelos pesquisadores do século XIX - os jovens gramáticos ou neogramáticos alemães - a eles caberia o mérito da antecipação, quer dizer, da preparação desta conquista recente. Basta lembrar que esses estudiosos procuravam descrever o desenvolvimento histórico das línguas e desvendar os "princípios" ou "leis" determinantes das mudanças por eles observadas. Esse tipo de investimento é um momento culminante de um período do século XIX que se caracterizou pelo estudo diacrônico da linguagem.

A concepção de ciência acima delineada não representa, como se poderia esperar, a opinião consensual dos lingüistas

o que torna questão polêmica a demarcação do momento, na história da lingüística, em que os trabalhos começam a ser considerados "científicos".

Note-se que, contrariamente à tendência vigente entre os lingüistas pós-saussureanos, Dascal, M. (1978), por exemplo, sugere que "a lingüística passou do estágio pré-paradigmático ao estágio de maturidade científica por volta de meados do século passado, quando desenvolveu o que provavelmente foi o seu primeiro paradigma: o da lingüística histórica e comparativa". Do mesmo ponto de vista compartilha George Mounin (1968) que reconhece o trabalho de Franz Bopp de 1816 como marco inicial da "cientificidade" dessa disciplina.

De acordo com a segunda posição, defendida igualmente por Robins (1967) e Lyons (1968), o que deve ser posto à prova é a noção de ciência sacramentada no século XX. Não parece ser, portanto, descabido ou descartável como não científico o estudo da linguagem concebida enquanto um objeto cuja natureza é definida pela mudança.

A controvérsia que gira em torno do nascimento da lingüística dita científica seria, por si só, suficiente para despertar a curiosidade pela leitura dos trabalhos do século XIX. Mas, aqueles para quem a "instabilidade" da linguagem é assunto que não pode ser dispensado, o retorno a esse passado recente é de interesse particular. Refiro-me aos sociolingüistas, herdeiros diretos das conquistas e também dos embaraços deixados pelos neogramáticos.

Digamos que rever os trabalhos desses primeiros cientistas da linguagem significa atualizar questões marginalizadas pela lingüística oficial do nosso século com seu paradigma estruturalista (apesar das pronunciadas diferenças entre os modelos). De acordo com ele, "uma ciência da linguagem deverá ser o estudo do funcionamento desta, hic et nunc, e não o de sua evolução", nas palavras de Mounin, G. (1968: 29) (grifo meu).

Convém rememorar que na passagem do século o modelo evolucionista, advindo das ciências naturais e assumido como a verdade científica do século XIX, começa a ser recusado. O pensamento de Darwin (2) é questionado na própria biologia pelos geneticistas, que se opuseram à sua teoria da evolução das espécies por seleção natural (3). Essa crise no pensamento científico eclodiu num descrédito em relação tanto ao conjunto de conceitos quanto à abordagem metodológica inspirada na perspectiva evolucionista/histórica.

Foi também esse impasse teórico/metodológico que obrigou a procura de um novo conceito de ciência que, como é sabido, foi tomado, no século XX, às ciências exatas (à lógica e à matemática), cujas investigações são guiadas por um pensamento

ahistórico que visa a aprisionar as regularidades de um objeto através de uma metalinguagem constituída de elementos formais para, assim, atingir generalizações universalizantes.

Na busca de maior rigor conceitual e de ampliação do poder explanatório da teoria, os linguistas dão prioridade à observação do funcionamento interno (estrutural) da linguagem, excluindo de sua mirada fatores tidos como externos a ele. Considerações sobre a história desse objeto e seus diferentes usos serão retomados por disciplinas como a sociolinguística, a psicolinguística, a pragmática, a semântica argumentativa e a análise do discurso. Essas sub-áreas da linguística trazem à cena os resíduos deixados por ela, ao reclamarem a inclusão de questões abandonadas no rol dos assuntos pertinente à área.

É certo que, como pontua Tarallo (comunicação pessoal), os modelos formalistas contemporâneos têm tentado abordar o fenômeno (histórico) da mudança linguística. Deve-se, contudo, esperar que modificações tão profundas nos objetivos e métodos de uma ciência impliquem ajustes conceituais de igual valor. Até o final do século XIX, a mudança era vista como um acontecimento externo originado no uso da linguagem no corpo social e, em seguida, incorporado pelo indivíduo. Sob a égide das abordagens de veio formalista, ela passa a ser prevista e é prescrita por leis universais que preservam o funcionamento interno/estrutural da linguagem. Assim, as modificações observáveis no uso não têm aí sua gênese uma vez que este reflete, apenas, as possibilidades de mudança já inscritas no domínio psicológico, interno.

A sociolinguística mantém acesa a discussão ligada à mudança linguística - questão axial, introduzida pelos estudos do século XIX - que começou, de fato, a ser alinhavada no século XVIII com a descoberta por Sir William Jones das semelhanças entre o sânscrito, o grego, o latim e as línguas germânicas. De qualquer forma, o progresso da linguística histórica e comparativa deve ser visto como ocorrência do século XIX e decorrência da curiosidade científica despertada no século anterior.

Revisitando o passado

A comparação entre línguas no século XVIII produziu descrições que transcenderam o objetivo inicial de simples identificação de semelhanças entre elas, chamando a atenção dos estudiosos para as características estruturais da linguagem. Despertou, também, interesse pelas línguas vernáculas da Europa, ampliando o escopo das investigações linguísticas. Rejeitava-se, portanto, a idéia da excelência linguística do latim e do grego em favor da de singularidade.

Pode-se lembrar Humboldt e sua crença de que cada língua deveria possuir uma estrutura particular.

Foram os estudiosos alemães os primeiros a advogar em favor da existência de uma estreita relação entre caráter nacional e estrutura da linguagem. Parece ter sido a partir de então que os pesquisadores passaram a se interessar pela evolução de uma língua específica, lançando a semente da lingüística histórica em que são comparados diferentes momentos do desenvolvimento de uma mesma língua. Note-se que a ênfase na singularidade desloca para um plano secundário as discussões dos clássicos (de cunho especulativo) ligadas à origem das línguas. Interessava observar, agora, além das semelhanças, também as diferenças.

Com isso, a noção de mudança enquanto deterioração deveria ser permutada por outra. O que parece ter ocorrido no final do século XVIII com o Romantismo foi, de fato, a substituição do pensamento religioso/filosófico, que sustentava a concepção monogenética da origem das línguas, pela novidade naturalista que introduz a idéia de evolução.

Note-se que a diversidade e profusão de línguas vernáculas (vivas) pesquisadas nesse período preparou o caminho para os ditos trabalhos científicos do século XIX aos quais coube, também, apresentar o primeiro método de comparação de textos além das primeiras reflexões sobre mudança lingüística.

Os estudiosos observaram nos dados que o desenvolvimento entre um estado e outro de uma língua era definível por diferenças pouco pronunciadas e acreditavam que as mudanças eram graduais, não abruptas. Outro aprimoramento metodológico decorreu da observação do fenômeno da migração de palavras de uma língua para outra. Concluíram que elas, enquanto "corpos estranhos", não deveriam ser tomadas como evidências de parentesco e passaram então a pesquisar semelhanças gramaticais, predominantemente morfológicas.

Esse novo rumo nas investigações teve como resultado a busca de correspondências sistemáticas, que pode ser tomada como ideal de lingüística do século XX. Antes disso, porém, propiciou a elaboração das "leis sonoras" por Grimm em 1822.

A grande quantidade de material coletado, a avalanche de achados não esclarecidos e também a surpresa com "correspondências irregulares", lançaram a semente do pensamento científico que iria germinar no século XIX.

Ordem na desordem...a semente do dilema

Os neogramáticos, alinhados ao ideal positivista da época que, como já foi dito, ganhou impulso a partir do sucesso

alcançado na biologia com a formulação das leis da evolução, também compartilhavam a crença no dogma vigente sobre o equilíbrio da natureza. Assumiam o ponto de vista de que a história das línguas era, como a natureza, governada por leis rígidas e inalteráveis. Foram igualmente os neogramáticos que sustentaram, apoiados nesse princípio de regularidade, a constância das mudanças linguísticas ou, nas palavras de Tarallo (1986), a sistematicidade na instabilidade. Observaram, ainda, que as ditas mudanças eram determinadas por fatores sociais e geográficos (além de temporais). Negavam, assim, a linearidade temporal das mudanças linguísticas, quer dizer, afirmavam que as línguas podiam convergir ou divergir ao longo do tempo.

Os trabalhos desenvolvidos no século XIX por esses estudiosos alemães podem ser divididos em dois grupos relativamente ao encaminhamento de um estudo científico da linguagem, na opinião de Robins (1967). Os de primeira geração estão representados por Osthoff e Brugmann num artigo-manifesto de 1878 em que as linhas gerais do pensamento dos neogramáticos são apresentadas (4).

Basta dizer, por ora, que os autores concentraram esforços na crítica ao método comparativo e na ênfase no dito princípio da regularidade da mudança fonológica. Convém assinalar que exceções eram atribuídas a funções de ordem morfológica, sintática ou semântica, como lembra Tarallo (1990), e explicadas por analogia - uma tendência geral das línguas. As leis sonoras, diferentemente, eram governadas por uma "necessidade cega", interna e, portanto, independentes da vontade individual. É o prenúncio do dilema.

Note-se que pelo menos parte do conhecimento linguístico começa a ser visto como regido por leis psicológicas: tem início o movimento de interiorização - a possibilidade se torna necessidade. Quer dizer, de fenômeno externo, a mudança passa a previsível porque controlada num domínio avesso ao fortuito, ao irregular.

A linguagem não era, por isso, vista como entidade autônoma, com vida própria. Os neogramáticos vinculavam sua existência à do indivíduo (muito embora ela escapasse a seu controle consciente). Contudo, a duplicidade dos recursos explicativos - analogias e leis - contribuíram para manter esse estado de coisas: atestadas enquanto modificações nos hábitos de uma comunidade, as mudanças linguísticas permaneciam vinculadas ao fenômeno social.

O segundo grupo de trabalho tem como representante (único?) Hermann Paul. Em Princípios Fundamentais da História da Língua, publicado pela primeira vez em 1880, ele se apresenta como um estudioso da linguagem insatisfeito e

crítico a respeito dos métodos utilizados pelos filólogos de seu tempo. Segundo ele, os problemas das gramáticas comparativas ocorriam por conta tanto do pesquisador quanto do material tomado para análise.

Do investigador, por ser ele presa de um engano sobre a natureza de seu objeto ao supor possível abordá-lo sob uma perspectiva sincrônica: "aquilo que se considera como um método não histórico... não é no fundo mais que um método histórico incompleto" porque tão logo sejam detectadas as semelhanças (e diferenças) entre as línguas em foco, passa-se à tentativa de reconstrução das formas mais primitivas. Com isso, "o método comparativo transforma-se aparentemente num método histórico" (p. 28) que é, na opinião desse neogramático, inevitável.

Hermann Paul conclui que, para fazer jus ao estatuto de ciência, os pesquisadores deveriam, em suas investigações, relativizar a importância atribuída, até então, à tarefa de elencar as semelhanças entre as línguas ou dialetos e acrescentar a seus objetivos ambições por uma teoria de ação mais ampla que a vigente. Uma teoria que viesse iluminar a reflexão sobre os dados.

Paul reclamava a criação de um corpo teórico "que se elevará acima dum alinhavar de dados..." (p.15). Para atingir essa meta, os pesquisadores não deveriam poupar esforços no sentido de desenvolver "um modo especulativo" (5) de olhar o material empírico. Entende-se, assim, o título de seu livro. Ele propõe como tarefa central para os "linguistas" a elaboração de uma "ciência de princípios" à qual caberia desvendar o enigma de como seria possível conceber a evolução histórica das línguas na hipótese da existência de forças e relações constantes.

No que diz respeito ao material, Paul alerta para as desvantagens da língua escrita em relação à oral porque, segundo ele, na primeira as diferenças dialetais são anuladas, quer dizer, a escrita é cega à natureza evolutiva de seu objeto, a linguagem. Lembra que a relação entre grafia e pronúncia é de não equivalência.

É por ter explicitado os objetivos de uma ciência da linguagem e definido a natureza de seu objeto que Robins (1967) concede a Paul um lugar de destaque entre os neogramáticos. Destaque confirmado também por Weinreich, em artigo de 1968 escrito em co-autoria com Labov e Herzog sob o título de "Empirical Foundations for a Theory of Language Change". Nele, Hermann Paul é visto como precursor da linguística moderna ou, pelo menos, como aquele que deu origem ao dilema que permeia a reflexão sobre a linguagem neste século XX. Segundo Weinreich, esse neogramático parece ter

sido o primeiro estudioso a aprofundar a dicotomia indivíduo /sociedade traduzida, posteriormente, na oposição inconciliável entre estrutura/história:

"We would like to depict the origin of the structure/history antinomy in the neogrammarian theory; we will dwell particularly on Hermann Paul, who apparently was the first to isolate the language of the individual as the most legitimate object of linguistic study". (p. 98)

O psiquismo como força reguladora da mudança lingüística

O movimento de interiorização do conhecimento lingüístico parece ter sido levado a cabo por Hermann Paul no final do século passado. Ao invés de internalização pelo/no jogo social, é o psiquismo que contém a força reguladora do desempenho lingüístico. Desta forma, podemos pensar que uma ciência de princípios será aquela capaz de explicar o funcionamento interno, determinante do comportamento externo (social e observável) (6).

Ao recusar os argumentos de Wundt em favor de uma psicologia dos povos, Paul afirma existir entre eles "um abismo" já que, para o primeiro, as mudanças lingüísticas correspondem a modificações na "alma do povo" enquanto que, para o autor, elas corresponderiam a reorganizações na "alma individual". Nesse sentido, encontra-se em Paul a primazia do psicológico/interno que reaparecerá na proposta chomskiana.

Para esse neogramático, a modificação nos hábitos de uma comunidade é, como mencionado acima, apenas reflexo de uma mudança anterior, psicológica:

"Todos os processos psíquicos se produzem em cada espírito e em mais parte alguma. Nem o espírito do povo nem os elementos deste, como arte, religião, etc., têm existência concreta, e por consequência também não pode acontecer nada neles e entre eles". (p.20)

Note-se que Hermann Paul rejeita a existência de processos sociais como primitivos porque, em sua opinião, não passam de abstrações pela impossibilidade de se conceber um "espírito total". Para ele, a vida em sociedade só pode ser vista como constituída por "relações entre espíritos isolados". Nesse caso, o fenômeno social deverá ser entendido a partir do psicológico/individual e as mudanças observadas

nos hábitos lingüísticos de uma comunidade como derivadas de outras ocorridas na instância psíquica/individual e, obviamente, não observáveis.

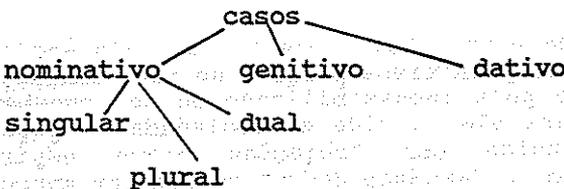
O pesquisador é chamado a inferir, criar hipóteses, sobre a natureza e funcionamento dos processos internos. O "modo especulativo" de olhar os dados, anunciado por Paul em sua crítica ao método puramente descritivo dos filólogos comparativistas, é transformado agora em exigência. Se a linguagem é uma instituição humana é, como o homem, necessariamente histórica. Paul esclarece, entretanto, que tão logo se penetre no domínio da evolução histórica "tem-se que lidar com forças psicológicas e também físicas".

É de se esperar que a explicação da mudança lingüística esteja em consonância com essa visão e seja remetida para o psiquismo já que o acontecimento histórico pertence, por definição, à essa instância: "Os organismos psíquicos... são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica. O que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução": O conteúdo psíquico (histórico) se torna social (ahistórico) quando externalizado.

Para Paul, o psiquismo é constituído por complicadas massas de idéias (7) ou representações cinestésicas e sonoras que se associam entre si para, em seguida, se relacionarem a um significado. Esses "complexos ideológicos" são compostos por palavras (formas?) isoladas que se unem no espírito. Dessa união resulta uma quantidade de grupos maiores ou menores. Os agrupamentos são de dois tipos, segundo o autor:

- 1) Os grupos de matéria resultam da associação de todas as palavras com correspondência categorial, correspondência essa que pode ser total ou parcial, sendo que "a correspondência parcial (de matéria) é acompanhada dum concordância parcial no aspecto fonético". Estão incluídos nesse tipo de agrupamento os casos do substantivo e suas derivações.

Substantivos



Segundo Paul, os grupos de matéria são governados pela significação. É ela que define os agrupamentos categoriais (substantivos/verbos etc.).

2) Os grupos de forma incluem a soma de todos os "nomina actionis", os comparativos, as primeiras pessoas do verbo etc. (?). Também esses se decompõem em subgrupos (primeiras pessoas do indicativo, subjuntivo...). Aqui, o que delimita tais agrupamentos é a concordância fonética.



O que parece subjazer a tais associações é, na opinião de Hermann Paul, a concordância parcial ou de sons ou de significação ou, ainda, de ambos. Por essa razão, formam-se além de grupos de palavras, também grupos de proporções que conduzem à composição de equações de proporções.

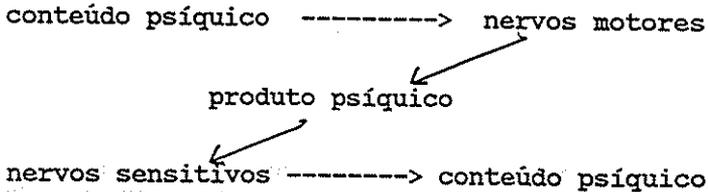
Vê-se que os complexos ideológicos são constituídos de unidades lingüísticas e classes de tais unidades. A possibilidade de associá-las representa a capacidade lingüística do indivíduo que é caracterizada por um dinamismo de natureza relacional. As associações de categorias (idéias) devem ajustar-se às representações cinestésicas para serem externalizadas. A variabilidade do desempenho lingüístico é, exatamente, atribuída à dificuldade de harmonização desses dois tipos de representação. Os desacordos entre imagens cinestésicas e sonoras têm origem, por sua vez, na singularidade das vivências individuais durante a formação do conteúdo psíquico.

Note-se que falar em desempenho significa tocar em questões que dizem respeito à especulação sobre uma teoria da ação, do desempenho, e esta remete a outra: a uma teoria da comunicação ou, como quer Paul, da "ação recíproca".

Hermann Paul, recorrendo à biologia, estabelece como análogas as colaborações entre indivíduos e entre as células de um organismo através do que denomina "princípio de divisão de trabalho". Segundo ele, a história da evolução surge da associação de células diferentes umas das outras mas que colaboram entre si para dar forma ao organismo. A integridade do conjunto, assim como das células isoladas (orgânicas ou sociais), é preservada e mantida durante a "ação recíproca" porque metabolizada na "alma individual". De acordo com esse modelo, a única possibilidade de comunicação entre elas é

indireta. A mediação entre os indivíduos é feita através de "instrumentos", quer dizer, pelas matérias sensíveis do psiquismo.

Hermann Paul sustenta ainda que o conteúdo psíquico - conjunto de representações - excita (sic) os nervos motores que atualizam os ditos produtos os quais excitarão, em seguida, os nervos sensitivos de outro indivíduo. É assim que idéias correspondentes (às do falante) serão produzidas no ouvinte:



Formação dos conteúdos psíquicos: embaraços...

Esse modelo de interação seria banal se não trouxesse em si uma complicação. Paul afirma que o entendimento entre as pessoas, embora dependa de "meios físicos, emana... já da concordância geral existente na natureza humana" (p. 23) (grifo meu). A questão que parece se impor frente a tal afirmação é a que diz respeito à formação (aquisição) do conteúdo psíquico. Em se tratando de indivíduos já portadores do dito complexo de idéias (indivíduos competentes, portanto) o esquema de "ação recíproca" de Paul é aceitável (embora criticável) enquanto modelo de comunicação.

Para Paul, nada pode ser criado pela ação social. O conteúdo ideológico, no sentido de conjunto de idéias, é pré-condição para o jogo social. Entretanto, é na (e não devido à) vida em sociedade que o indivíduo adquire seu complexo de idéias e aprende, também, a realizar os "movimentos úteis" ao intercâmbio de tais idéias. Paul alerta, porém, que:

" O movimento em si é fisiológico, mas a obtenção do poder de regular arbitrariamente o movimento, ..., baseia-se na contribuição de fatores psíquicos" (p.19) (grifo meu).

Ele insiste, como vemos, que é a instância psíquica a que detém o poder regulador e organizador das impressões que são captadas pelos sentidos. Deve-se concluir que, para esse

neogramático, a vida em sociedade, embora não determinante dos conteúdos internos, é indispensável porque os produtos do psiquismo (responsáveis pela ativação dos nervos sensitivos do outro) circulam no meio físico/social. Essas matérias sensíveis são as promotoras de sensações fisiológicas necessárias à constituição de idéias primitivas. Embora a existência desses produtos psíquicos seja fugaz porque cessa ao mesmo tempo que os movimentos motores que os produzem, eles permanecerão assinalados no psiquismo e é por isso que poderão ser reproduzidos.

Como poderá, contudo, a "alma" despreparada, não munida de capacidades analíticas, ser tocada por tais "matérias sensíveis" de forma a transformá-las em conhecimento ou, como quer Paul, em idéias, se o que conferiria a "força de regular" à instância psíquica seria exatamente o poder de interpretar as impressões de origem externa captadas pelos sentidos?

Essa discussão, indispensável a uma proposta que toque a questão da relação entre interno/externo, é superficial em Paul que a afasta como problema teórico a ser tratado por ele: "Não nos compete aqui examinar as leis gerais segundo as quais se formam esses grupos (de idéias)... Aqui só nos interessa dar uma idéia do conteúdo e ação desses grupos" (p.35).

Penso que ao marginalizar essa discussão, Paul acaba incorrendo em contradições insuperáveis em seu trabalho. Ou bem se adota um modelo que assuma a ação social como determinante dos conteúdos psíquicos ou se tem que admitir a existência prévia (inata) de um "conteúdo ideológico", como faz Chomsky. No caso de Paul, como compatibilizar a afirmação de que as formações anímicas são intransmissíveis com sua proposta (vaga) de como elas são constituídas?

Segundo o autor, o conteúdo ideológico de uma alma não pode ser passado a outra, embora admita que "a língua de um indivíduo é criada pura e simplesmente através da convivência" (p. 49). Diante dessas declarações, a meu ver paradoxais, a única forma de entendê-las é supor que as idéias primitivas que resultam de sensações fisiológicas serão captadas isoladamente por cada indivíduo de forma singular. Pode-se entender, assim, porque "há tantas línguas quanto há indivíduos". Cada língua segue uma direção especial porque está intimamente ligada e definitivamente relacionada às vivências individuais.

Deve-se ter em vista que o número de composições possíveis entre os elementos que constituem o conjunto ideológico é infinito já que se trata de associações arbitrarias. Se, contudo, as impressões captadas pelos sentidos "não forem suficientemente fortalecidas" (?) permanecerão, apesar de tudo, em forma de grupo no

"subconsciente" porque "nenhuma idéia introduzida no consciente através da atividade de fala pode desaparecer sem deixar vestígios" (p. 35). Por conter esse enorme contingente de "marcas" é que o psiquismo detém o poder criativo da linguagem. É no mundo interno que, segundo Paul, elas têm realidade e permanência.

Os mecanismos de produção da fala (movimento de externalização) assim como o de captação do sinal sonoro (movimentos de internalização) pressupõem o intercâmbio entre indivíduos já possuidores de um conjunto de idéias, como dito acima. Em Paul, o problema está em explicar como ele é constituído.

Note-se que a matéria sensível, necessária à constituição do conteúdo psíquico, tem origem externa. Ela é captada pelos sentidos e transformada em conteúdo psíquico.

Produto	----->	Nervos	----->	Conteúdo
Psíquico		sensíveis		Psíquico

Deve-se supor, a partir das idéias de Paul, que tal transformação dependeria de uma atividade de fonte interna. Entretanto, a discussão de Paul não vai além do esquema horizontal acima apresentado. O que ele não faz é esclarecer o leitor sobre os recursos primitivos do psiquismo que deveriam possibilitar a conversão de sinais externos em idéias. Por isso, sua proposta se torna vaga.

No que se refere à formação dos grupos de idéias, deve-se contar com uma inércia do psiquismo a princípio. Em Paul, parecem ser os produtos psíquicos do falante que deixarão marcas no mundo interno do outro: são eles que "excitam" a sensibilidade do ouvinte. Assim, a atividade inicial, que o autor admite ser coercitiva, acaba ficando por conta do "social". A atividade psíquica, cuja viabilidade carece de explicação, seria posterior.

Para afirmar sua abordagem psicológica, Paul desvincula o produto psíquico de seu produtor. Esse recurso teórico não elimina a dificuldade de explicar a aquisição do complexo ideológico nem garante a plausibilidade de seu modelo de "ação recíproca". Para isolar o indivíduo, teria sido necessário atribuir a ele mais poderes iniciais de forma a inverter a direção do movimento, ou seja, a atividade psíquica deveria ser tomada como primitiva. Seria preciso, para tanto, atribuir a ela a possibilidade de agir de forma seletiva (analítica) sobre os dados "captados pelos sentidos". Esse material bruto, uma vez analisado por um psiquismo capacitado para fazê-lo, poderia ser transformado em conhecimento.

O mais surpreendente é que Paul, embora pareça subestimar

a importância dessa questão, toma o processo de aquisição de linguagem como modelo de mudanças espontâneas ou intrapsíquicas. Além dessas, existem ainda as decorrentes de relações interindividuais que acabarão reduzidas, como veremos a seguir, a modificações internas ou, como quer Weinreich, no idioleto.

Mudanças no "organismo psíquico"

As mudanças lingüísticas correspondem, na opinião de Paul, a modificações no conjunto de representações do "organismo psíquico" uma vez que é aí que os "grupos de idéias" têm realidade e permanência. Sendo assim, Paul alerta os pesquisadores sobre a "ilusão" descritivista. Segundo ele, a única forma segura de apreender o funcionamento da linguagem e sua evolução é através de um modo especulativo (interpretativo) de ver os dados. Mais ainda, as inferências dependem de auto-observação (inferências analógicas) já que a própria mente é o único reduto, de fato, acessível ao indivíduo/pesquisador. Paul declara que "quem considera as formas gramaticais só isoladamente, sem ver a relação com a atividade anímica individual, nunca conseguirá entender a evolução da língua".

Como, então, esse autor entende e explica a dita evolução da língua? De acordo com ele, os processos de mudança podem ser positivos - quando algo é criado - e negativos - quando um padrão é suprimido ou é substituído por outro. Os primeiros são os que operam nas mudanças intrapsíquicas e são claramente observáveis no processo de aprendizagem da linguagem. Os processos negativos correspondem, diferentemente (?), a adaptações à fala do outro e estão ligados a mudanças de hábito lingüístico.

O dialeto (costume lingüístico de uma comunidade) é definido pela soma dos idioletos que o compõem. Sendo assim, não é difícil perceber que mudanças dialetais acabem reduzidas a modificações nas línguas individuais que, como já comentado, são incomunicáveis. Se os idioletos convergem simultaneamente em seu movimento numa mesma direção, temos modificações internas a um dialeto. Quando, entretanto, a direção é divergente, observa-se o que Paul chama de cisão dialetal. Está explicitada a diferença entre variação e mudança lingüística.

Para desenvolver sua idéia, o autor recorre, novamente, a uma analogia com a evolução orgânica que, segundo ele, está condicionada a dois fatores:

- 1) Fator de herança, responsável pelo sentido do

desenvolvimento e

- 2) Fatores externos ou "influências causais como modo de vida, clima, localização etc."

O primeiro é sempre mais poderoso que o segundo porque garante a manutenção das semelhanças fundamentais com os ascendentes. A possibilidade de diferenciação (sempre dentro de certos limites) decorre da atuação de fatores externos. A relação entre (1) e (2) é tensa: as forças em jogo têm objetivos opostos, quer dizer, do primeiro fator deve-se esperar constância, estabilidade, enquanto que das forças operantes no segundo, deve-se esperar diversificação, instabilidade.

Para Paul, mudanças abruptas só podem ocorrer entre gerações (talvez por força da analogia).

" É só enquanto cada modificação na natureza de um indivíduo - a qual desvia do sentido que a princípio lhe foi impresso - se torna em parte determinante para o sentido do movimento duma geração seguinte que surge, com o tempo, uma modificação mais marcada no tipo da língua". (p. 48) (grifo meu)

Nem poderia ser diferente. Se a comunicação entre indivíduos é mediada (indireta) e, portanto, nada pode ser transmitido a outro indivíduo, como supor que formas novas possam ser criadas e difundidas a não ser a partir de modificações na "natureza"?

Segundo Paul, cada indivíduo tem uma língua própria e cada língua uma história especial. Como explicar, se pergunta o autor, a concordância (maior ou menor) que há entre os indivíduos pertencentes à mesma comunidade lingüística? Ao abordar essa questão, ele declara que as diferenças dialetais apóiam-se em modificações do uso e que quanto mais pronunciadas elas forem, mais acentuada a tendência à ampliação da diferença. É certo que a influência que um indivíduo exerce sobre outro é extremamente limitada. Basta lembrar, como exemplo, que em seu modelo de "ação recíproca", Paul garante o isolamento e a incomunicabilidade das "almas individuais". O poder reduzido das influências externas subjaz ao mecanismo de compensação contínua. Tal poder torna o indivíduo impermeável à ação do outro. É este mecanismo que, ao se opor à força de mudança, evita o caos, o vácuo comunicativo da absoluta discordância entre os idioletos. As divergências tendem a ser repelidas em favor da "conservação

da concordância" dentro de uma comunidade dialetal.

As compensações nunca serão completas porque singulares são as experiências do indivíduo. Elas serão mais ou menos aproximadas relativamente à intensidade do convívio, quer dizer, a "convivência contínua e ativa" sustentará as semelhanças no uso (as diferenças serão insignificantes). O distanciamento, por outro lado, é propício ao aparecimento de diferenças dialetais notáveis. Paul conclui dizendo que, assim como as línguas têm histórias individuais, também (ou em decorrência disso) "todas as modificações lingüísticas têm a sua história especial". Não terá o externo aí um papel também regulador da mudança/conservação dialetal?

Como vimos acima, a história evolutiva é governada por forças contraditórias: as de fonte interna obedecem aos comandos da natureza e são conservadoras. As de fonte externa tendem, por outro lado, a subverter a direção do desenvolvimento previsto pelas forças da natureza. Hermann Paul procura distinguir a história do desenvolvimento orgânico da do curso seguido na evolução das línguas. Ele diz que, no segundo caso, o sentido determinado por herança não é o único que continua a atuar. As línguas dos outros indivíduos na mesma comunidade lingüística exercem força coercitiva sobre a do indivíduo durante toda a sua vida.

Interno/externo: tensão ou oposição?

O problema em Paul parece estar na oscilação permanente entre natureza e convenção, como diria Lyons, relembrando o cerne do debate sobre a língua na Grécia Clássica. Como entender a defesa incisiva que faz ao isolamento a que estão confinadas as "almas individuais", ao lado de afirmações, não menos contundentes, de que é no convívio "pura e simplesmente" que a língua de um indivíduo é criada?

Além do mais, questões não aprofundadas como, por exemplo, a relativa à formação do conteúdo psíquico, deixam expostos vácuos argumentativos que fragilizam a articulação de sua proposta. Nem por isso Hermann Paul perde a importância histórica que lhe tem sido conferida por pesquisadores e teóricos da lingüística histórica do século XX. Essa distinção lhe é garantida pela coragem de ter se deixado levar por suas intuições e também pelo arrojo e empenho na construção de uma arquitetura teórica que, sem dúvida, afasta seu trabalho daqueles descritivistas dos séculos XVIII e XIX e o destaca como um marco na história da lingüística.

Destaque também conferido pela aproximação que têm suas idéias com as vigentes na lingüística inaugurada por Chomsky. Paul declara, por exemplo, que "quem considera as formas

gramaticais só isoladamente sem ver a relação com a atividade anímica individual, nunca conseguirá compreender a evolução da língua" (p. 144).

Embora aponte para a tensão entre uso social (externo) da linguagem e atividade anímica, é com a segunda que fica porque, segundo ele, ater-se ao desempenho ou à "simples observação de enunciados" representa um procedimento infrutífero já que o acesso à atividade psíquica só pode resultar de "auto-observação". A parte certa circularidade explicativa, seguindo o pensamento de Paul, diríamos que o entendimento do funcionamento da linguagem resulta de "influências analógicas" com o funcionamento de "nossos próprios grupos de imagens. Cabe sublinhar a natureza formal de tais imagens e assinalar a relação possível entre "inferências analógicas" e "intuição do falante", se quisermos buscar aproximações entre Paul e Chomsky.

Hermann Paul se empenhou num investimento teórico que parece ter se realizado com Chomsky em modelo de cientificidade. Curioso é que Paul não faz parte das influências declaradas por Chomsky como determinantes de seu trabalho. De qualquer forma, pelo menos a intuição que guiou a reflexão de ambos foi a mesma: eles entendem que o conhecimento lingüístico é privado, íntimo: é propriedade da alma individual e que nela devem ser procuradas as características universais do funcionamento da linguagem. É a natureza que responde pelo caráter estruturado e homogêneo do funcionamento lingüístico. Vê-se que ambos descartam a possibilidade da existência de um objeto construído transindividualmente.

Do ponto de vista da Lingüística Histórica, a herança deixada pelo isolamento do indivíduo é, na opinião de Weinreich et al (1968), uma oposição inconciliável entre indivíduo e sociedade. Seria proveitoso, a meu ver, evitar uma possível confusão entre tensão e oposição. O que parece ter ocorrido ao longo deste século foi a gradual eliminação do conflito indivíduo/sociedade em favor de um dos polos, no caso o primeiro. Deve-se a Paul, a tematização do problema e o início do dilema: - como relacionar "costume lingüístico" e "idioleto", ou seja, atividade e competência; externo e interno?

Não se pode recusar a Princípios Fundamentais da História da Língua o tão almejado estatuto de ciência quando se sabe que esta obra não deixa nada a dever a uma investigação "by means of controlled and empirically verifiable observations", discutidas, como vimos, a partir de um conjunto de hipóteses sobre a natureza e a vida de um objeto definido, ali, como histórico.

(Recebido em 19/10/1990)

NOTAS

- (1) Este trabalho foi apresentado para exame de qualificação em Lingüística Histórica como cumprimento da exigência parcial do programa de doutoramento da UNICAMP. Foi avaliado pelo Prof. Dr. Fernando Tarallo, a quem agradeço comentários e esclarecimentos.
- (2) A publicação de *A Origem das Espécies* em 1859 representa o momento culminante do pensamento científico que se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX.
- (3) Sobre esse assunto ver prefácio de Faustino Condón à edição espanhola de *A Origem das Espécies*, publicada pela Ed. Bruguera, em 1980.
- (4) O manifesto acima citado foi traduzido por Fernando Tarallo e está reproduzido em seu livro *Tempos Lingüísticos*, publicado em 1990.
- (5) Lyons chama atenção para o significado da palavra "especulativo". Segundo ele, ela vem do latim *speculum* e é utilizada de acordo com a visão de que a linguagem é como que um espelho de instâncias inacessíveis à observação direta. Assim, a estrutura ou o funcionamento de tais instâncias devem estar refletidos na linguagem. Os escolásticos do século XIII e os iluministas do século XVII advogavam a favor de uma ciência de cunho especulativo. Paul retoma essa argumentação com o objetivo de demonstrar que a estrutura da linguagem é decorrente da estrutura do psiquismo.
- (6) É irresistível pensar numa analogia com a oposição competência/desempenho de Chomsky. Falta levar mais a fundo esse paralelismo. A questão dos princípios, título mesmo do livro de Paul, reaparece, na opinião de Tarallo (comunicação pessoal), nos princípios e parâmetros de Chomsky a partir de 1981. Aproveito a sugestão para trabalho futuro.
- (7) Na tradução de Weinreich et al., no longo e abrangente artigo de 1968 intitulado "Empirical Foundations for a Theory of Language Change", ao invés de "Massas de Idéias", tem-se "Image Groups". Na de Paul, feita em 1966 por Maria Luisa Schemann para a Fundação Calouste Gulbekian, as expressões "massas de idéias", "grupos de idéias", "complexo de idéias"

e "conjunto ideológico" parecem ser sinônimas e intercambiáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONDÓN, F. - 1980. Prólogo de El Origen de las Especies. Barcelona: Editorial Bruquera SA.
- DASCAL, M. - 1978. "As Convulsões Metodológicas da Linguística Contemporânea". Fundamentos Metodológicos da Linguística. Vol. 1. São Paulo: Global Universitária.
- LYONS, J. - 1968. An Introduction to Theoretical Linguistics. Londres: Cambridge University Press.
- MOUNIN, G. - 1968. Introdução à Linguística. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- PAUL, H. - 1980. Princípios Fundamentais da História da Língua. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1966.
- ROBINS, R. - 1967. A Short History of Linguistics. Londres: Longmans. Green and Co. Ltd.
- TARALLO, F. - 1966. "Era uma vez... Estória, História e Ahistória". Série Estudos 12. Uberaba/MG: Publicação do curso de Letras e do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba.
- _____. - 1990. Tempos Linguísticos. São Paulo: Editora Atica.
- WEINREICH, V., LABOV, W. e HERZOG, M. - 1968. "Empirical Foundations for a Theory of Language Change". Em W. Lehmann e Y. Malkiel (eds.). Directions for Historical Linguistics. Austin: University of Texas Press.